

José Bonifácio e o Poder Naval Imperial no processo de Independência*

José Bonifacio and the Imperial Seapower in the process of Independence.

Francisco Eduardo Alves de Almeida

Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval - EGN.

RESUMO

O propósito do artigo é discutir o papel de José Bonifácio de Andrada e Silva no processo da independência do Brasil e a utilização do poder naval para a consolidação do Estado brasileiro. Discute-se a trajetória pessoal e política de Bonifácio desde seu nascimento em Santos, em 1763, até o declínio, em 1824, quando entrou em choque com o imperador Dom Pedro em razão de sua conduta pessoal e política ser contrária àquilo que Bonifácio acreditava ser o mais justo e correto para o Brasil. Essa abordagem se baseia no marco teórico do papel do grande homem na História segundo Sidney Hook. O papel do poder naval autóctone foi amplamente demonstrado, segundo a percepção de Bonifácio, na consolidação do Estado e da Nação brasileiros. Como um complemento ao apresentado discute-se o que se constituía ser cidadão brasileiro em 1822 durante o processo de independência e as lições apreendidas do uso do poder naval na criação do novo Estado do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Independência; Poder Naval; José Bonifácio; guerra de independência.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the role of José Bonifácio de Andrada e Silva in the process of Brazilian independence and the use of sea power for the consolidation of the Brazilian State. The personal and political trajectory of Bonifácio is discussed from his birth in Santos in 1763 to his decline in 1824 when he clashed with Emperor Dom Pedro because of his personal and political conduct contrary to what Bonifácio believed to be the fairest and correct for Brazil. This approach is based on the Sidney Hook theory on the Great Men in History. The role of an autochthonous sea power was amply demonstrated according to Bonifácio's perception in the consolidation of the Brazilian State and Nation. As a complement to what was presented, we discuss what constituted being a Brazilian citizen in 1822 during the independence process and the lessons learned from the use of sea power in the creation of the new State of the Empire of Brazil.

KEYWORDS: Independence; Sea Power; Jose Bonifacio; War of Independence

*Artigo recebido em 19 de novembro de 2022 e aprovado para publicação em 02 de dezembro de 2022.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 36, p. 57-76 – 2022.

O filósofo norte-americano Sidney Hook, ao estudar o papel do grande homem na História, verificou que durante períodos convulsionados envolvendo grandes transformações sociais, guerras e revoluções, os destinos dos acontecimentos pareciam estar dependentes das decisões de uma só pessoa, algumas vezes por algumas poucas, que tinham a capacidade e a iniciativa de agir e tomar decisões no momento oportuno e adequado. Acreditava Hook que muitas dessas decisões eram fruto de ações tomadas no calor dos eventos e que essas decisões tinham grande impacto no curso da História. Ele procurou definir o herói ou o grande homem na História como sendo aquele personagem a quem podemos atribuir justificadamente notável influência na determinação de um fato ou evento, cuja consequência seria totalmente diferente se ele não tivesse agido e atuado daquela forma. Isso nos leva a uma distinção entre dois papéis exercidos pelo herói no curso do processo histórico. (ALMEIDA, 2009, p. 109).

O primeiro papel heroico era o que Hook chamou de *homem momento* que seria qualquer homem cujas ações influenciaram subsequentes desenvolvimentos em uma direção totalmente diferente daquela que deveria ter sido seguida, se suas ações não tivessem ocorrido. Uma ação seria suficiente para desviar o curso da História para um caminho totalmente diferente do esperado. O segundo papel heroico apontado por Hook foi o que ele chamou de *homem época*. Para ele o *homem época* seria um *homem momento* cujas ações são consequência de atributos superiores de inteligência, determinação e caráter, em vez de acidentes de posição ou atos individuais em momentos de perigo ou de crise. Essa distinção, apontou ele, tentaria fazer justiça à crença geral de que um herói não era grande somente em virtude do que fazia, mas em virtude do

que ele era. Para Hook quando se falasse de herói ou do grande homem da História dever-se-ia mencionar o *homem época*. Tanto o *homem momento* como o *homem época* surgiram em pontos de decisão da História. As possibilidades de suas ações já estavam preparadas pela direção dos acontecimentos antecedentes. O *homem época* ajudaria a criar a situação histórica e não apenas esperaria que ela ocorresse. Sua superior capacidade deixaria sempre uma marca positiva em sua trajetória de vida e na própria História, mesmo depois de ele desaparecer do cenário. Suas ações seriam permanentes e não seriam baseadas em atos determinados, mas em condutas perenes. Hook deixa a distinção de um papel ou outro aos historiadores, afirmando, no entanto, que “o mesmo personagem histórico pode ser homem momento em certo aspecto e homem época em outro e nem uma nem outra coisa”. Nessa concepção pode-se dizer que na História do Brasil alguns homens exerceram esses dois papéis com destaque. (HOOK, 1955, p.8).

O que se pretende neste artigo é demonstrar que José Bonifácio foi um desses homens de destaque. Nascido em Santos, São Paulo, em 1763, ano em que terminou a Guerra dos Sete Anos, saiu cedo do Brasil. Formou-se pela Universidade de Coimbra, sendo depois lá professor. Viveu a maior parte de sua vida em Portugal e na Europa. Voltou ao Brasil em 1819, depois de trinta e seis anos de ausência, recebendo o título de conselheiro no ano seguinte, conferido por Dom João VI. Foi, em seguida, nomeado presidente da Junta Provisória de São Paulo. Durante o processo de independência exerceu papel decisivo ao lado de Dom Pedro, convencendo-o a permanecer no Brasil e a desobedecer às Cortes portuguesas. Foi um grande articulador político junto ao imperador Dom Pedro I e o grande arqui-

teto da política interna e externa do jovem país nos primeiros anos. Atuou como um grande artífice na criação da Armada Imperial em 1822, já como ministro de maior poder no Império. Em contato com Felisberto Caldeira Brant Pontes conseguiu arregimentar tripulações estrangeiras para guarnecerem os navios da Marinha recém-constituída. Orientou o primeiro-ministro da Marinha, o Visconde de Cabo Frio, a organizar o ministério e reparar os navios portugueses avariados que se encontravam no Brasil para montar o novo poder naval imperial. Desentendeu-se com o imperador e contrariou muitos interesses, inclusive de escravocratas e da amante de Dom Pedro I, Domitila de Castro Canto e Melo, sendo por isso demitido. Em 1823, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte atuando por curto período. Em 12 de novembro de 1823, por discordar sobre o projeto político pretendido pelo imperador, foi preso e exilado na França. Voltaria posteriormente ao Brasil reabilitado por Pedro I sendo o tutor do futuro imperador Dom Pedro II. Retirou-se para Paquetá, vindo a morrer em Niterói em 6 de abril de 1838. Realmente foi um personagem importante nos primórdios do Brasil.

O que se pretende neste artigo é analisar o percurso de José Bonifácio desde o seu nascimento, sua vocação acadêmica, seu regresso ao Brasil, em 1819, e o seu papel relevante na criação do poder naval imperial no processo de independência do Brasil apontando se ele realmente foi um *homem momento ou época*. Para essa discussão o artigo foi dividido em dois grandes eixos temáticos.

O primeiro eixo levará o título de “José Bonifácio e o processo de independência”. Ele abordará duas sessões distintas. A primeira apresentando o homem José Bonifácio, sua trajetória política e acadêmica em Portugal, suas características pessoais, desafios e sua participação po-

lítica tanto em Portugal como no Brasil a partir da chegada ao seu país em 1819. A segunda sessão analisará a estratégia de José Bonifácio para a construção do Estado brasileiro, seus dilemas, dificuldades e óbices. Serão discutidas as suas propostas para a organização política e social do Brasil e a sua visão estratégica tendo o poder naval como referência.

O segundo eixo temático levará o título de “As lições sobre a independência do Brasil e o poder naval” também com duas sessões temáticas. A primeira discutirá o que vinha a ser “brasileiro” naquele distante início do século XIX. A segunda discutir-se-á as lições percebidas no processo de independência e a importância do poder naval como um fundamental instrumento militar para a reafirmação do domínio de Dom Pedro perante os adversários, seguido de breves considerações finais.

JOSÉ BONIFÁCIO E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Em 15 de fevereiro de 1763, o mundo despertou de um cataclisma que demorou sete anos para terminar. Chegava-se ao fim da chamada Guerra dos Sete Anos, conflito que envolveu quase toda a Europa, espalhando-se pelo mundo, sendo considerada por muitos a primeira grande guerra mundial em razão de sua abrangência. Ela confrontou de um lado a Grã-Bretanha – aliada da Prússia do grande rei Frederico –, Portugal e Hanover, e, de outro, a associação da França de Luiz XV, a Áustria Habsburg, a Suécia, a Rússia, a Saxônia e a Espanha. Ao final do conflito estabelecia-se um grande império colonial britânico protegido pelos canhões de sua Marinha poderosa. Na América do Sul a Espanha passava a colônia do Sacramento para Portugal que se viu vitoriosa, mas totalmente exaurida e dependente para a sua proteção dos navios e do apoio britânico.

Dentro desse quadro nascia na vila de Santos na Capitania de São Paulo, no dia 13 de junho desse ano de 1763, José Bonifácio de Andrada e Silva. Ele era filho de Bonifácio José Ribeiro de Andrada e Maria Bárbara da Silva, pais abastados com a segunda fortuna da vila, tendo sua mãe dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres. Bonifácio José possuía terras, casas e fazendas que produziam café, açúcar, arroz e mandioca. A vila de Santos era muito pequena e centrada na agricultura com uma população oscilando em torno de 1.500 pessoas. Os primeiros ensinamentos de Bonifácio foram ministrados por seu pai e seus tios eclesiásticos. Educar em casa era um processo rudimentar com uma psicologia própria baseada mais na vara de marmelo do que em pedagogia. Ensinava-se o latim, a gramática, a doutrina e as boas maneiras, tudo sob o olhar atento de Bonifácio José. Com 14 anos o jovem Bonifácio transferiu-se para São Paulo para prosseguir os seus estudos. Nessa cidade frequentou cursos ministrados pelo frei Manuel da Ressurreição com ênfase em gramática, retórica, filosofia e cultura clássica, preparando-se para estudar em Portugal. No Brasil não existiam universidades na ocasião e era comum na época a elite colonial enviar seus filhos para continuar os seus estudos em Coimbra. Sua despedida da família foi emotiva, com muitos abraços, não só nos de casa, mas nos amigos. Estava dividido entre a alegria e a tristeza em partir para estudar. Queria ser útil, como disse o historiador Pedro Pereira da Silva Costa “para ajudar a prosperar sua terra”. Com 17 anos Bonifácio viajou para Portugal saudosos, mas esperançosos, matriculando-se na Universidade de Coimbra nos cursos de direito canônico e filosofia natural. Nessa ocasião leu os clássicos de Descartes, Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, além dos clássicos gregos e romanos. Em 1788, concluiu o curso de leis passando a inte-

grar a “elite do conhecimento” formada em Coimbra, embora fosse um aluno médio aprovado sem menções. Apesar disso, José Bonifácio passou a integrar um grupo de intelectuais que iria influenciar as ciências em Portugal e se espalharia até o Brasil. Começava a sua trajetória política e intelectual.

JOSÉ BONIFÁCIO E SUAS TRAJETÓRIAS INTELLECTUAL E POLÍTICA

Em 1789, ano da Revolução Francesa, Bonifácio ingressou na Academia Real de Ciências de Lisboa que era constituída de três classes: duas de Ciências e uma de Belas Artes que se dedicava ao estudo da literatura portuguesa. Dentro de uma visão iluminista instituída pelo Marquês de Pombal, a Academia tinha uma missão civilizacional para o esclarecimento da sociedade portuguesa, instruindo e divulgando o conhecimento científico. Com o propósito de se aprimorar em mineralogia, Bonifácio foi a Paris e lá foi testemunha ocular da Revolução Francesa, principalmente nos seus estágios intermediários. Ao lá chegar, em julho de 1790, observou a grande alegria popular com a votação da Constituição Civil do Clero e em 14 de julho assistiu à festa da Federação com a cidade lotada de pessoas, sucedendo-se desfiles, ocorrendo salvas de tiros de mosquete e de canhões. Impressionou-se com o caráter nacionalista das festas e com a recomendação para que todos os habitantes da cidade saíssem vestidos nas cores azul, branco e vermelho da bandeira francesa. A mesma França vibrante e ardente de patriotismo nadava em sangue. Em Paris o cheiro dos massacres “enchia o ar”, segundo Mary del Priore. Bonifácio, chocado com isso, tudo observava e no futuro defenderia intransigentemente a monarquia constitucional e a ordem instituída. Em 1791, foi eleito sócio correspondente

da Sociedade Filomática de Paris e membro da Sociedade de História Natural. A revolução estava no auge no ano de 1792, tendo o povo tomado o Palácio das Tulherias e derrubado a monarquia, instituindo a república. Nesse ano, em outubro, seguiu para Freiburg, na Saxônia, onde travou contato com Alexander Von Humboldt. Nesse período percorreu as minas do Tirol, da Estíria e da Caríntia, além de Pávia e Pádua, onde estudou a constituição geológica dos Montes Eugêneos. Dois anos depois formou-se pela Universidade de Freiburg e continuou seus estudos na Suécia e na Noruega. Durante quatro anos percorreu diversos países europeus regressando a Portugal somente em 1800, tendo sido designado professor da Universidade de Coimbra ocupando a cátedra de metalurgia. Por Carta Régia de 18 de maio de 1801, foi nomeado pelo governo português intendente geral das Minas e Metais do Reino e membro do Tribunal de Minas. Nesse mesmo ano foi nomeado diretor do Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa e incumbido de remodelar esse laboratório. Nos dias 5 e 20 de junho de 1802, recebeu a titulação de doutor na Faculdade de Direito depois na de Filosofia, sem necessitar apresentar teses ou prestar exames em razão de seu notório saber. Três anos depois recebeu em 8 de agosto de 1806 o cargo de desembargador da Relação e Casa do Porto prestando juramento e tomando posse. Atuando ainda na Universidade de Coimbra, na função de docência, reclamou da passividade com que a administração universitária conduzia os assuntos acadêmicos. Comparou-a com Freiburg e observou a distância entre as duas instituições. Enquanto a universidade alemã vibrava com a pesquisa, Coimbra estava “quase morta”. Em Freiburg havia entusiasmo dos professores e alunos, em Coimbra faltavam recursos, vibração e o mais importante: motivação. Com suas andanças pela Europa aprende-

ra 11 idiomas e falava corretamente seis, o que o distinguia de seus pares que se ressentiam de sua postura muitas vezes arrogante. Disse que:

Desejaria promover seriamente tais estudos na cadeira de metalurgia que tão atrasados vejo nesta universidade, mas quando reflito no péssimo estado em que de propósito conservam a minha faculdade, não posso deixar de lamentar amargamente o meu tempo perdido. (COSTA, 1974, p.68)

Não suportava o autoconvencimento dos professores de Coimbra e zombava do seu “saber” livresco e vazio. Em 1807, foi nomeado superintendente do rio Mondego que passava por Coimbra e das obras públicas dessa cidade. Em 1807, testemunhou a invasão francesa de Portugal, tendo Junot entrado com 26 mil soldados em Lisboa, em novembro. Dom João já partira para o Brasil escoltado pela Marinha Real britânica. Inicialmente sem resistência portuguesa, aos poucos a revolta popular foi se formando em Portugal e as reações começaram a fustigar os franceses. Em Coimbra foi criado o Corpo Voluntário Acadêmico e Bonifácio a ele se agregou. Sempre agregado ao Batalhão Acadêmico como major, em 10 de maio de 1808, em Albergaria-a-Nova, deu-se um combate contra os franceses. Lutaram os lusitanos juntos com os ingleses por seis horas e derrotaram os invasores que se evadiram. Seu batalhão seguiu para o norte e em 12 de agosto o Porto foi tomado. Chegou ao posto de tenente-coronel e depois comandante de corpo. Em 1811, os franceses se retiraram de Portugal e Bonifácio e seu corpo de voluntários foram dispensados. Pedro Pereira da Silva Costa disse que Bonifácio na guerra “se portara como herói. Sua bravura fora ressaltada a todo momento. Mostrara mais uma vez que era um homem excepcional, fora do

comum” (COSTA, p.76). Após a saída das forças francesas de Portugal, ocupou o cargo de secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa. Como a maioria dos intelectuais e políticos liberais do período, frequentou a maçonaria. A maçonaria dizia-se apolítica e insistia na igualdade entre os seus membros, praticando a virtude, a solidariedade e a manutenção do segredo dos rituais e ações. Os seus membros apregoavam a fraternidade e o trabalho como fundamentais ao desenvolvimento humano. Enquanto ocorriam essas ações em terras lusitanas, a situação política no Brasil tornava-se tensa. Seu irmão Antonio Carlos lhe informou, por carta, da revolta de 1817 e, em seguida, Bonifácio tomou conhecimento de que Antonio Carlos fora preso por ter participado da revolta como membro do governo sedicioso. Doeui-lhe que no Brasil existissem movimentos separatistas. Era um conservador e legalista. Temia a repetição das ações ocorridas na Revolução Francesa no Brasil.

Depois de mais de trinta e seis anos afastado, retornou ao Brasil em 1819, que naquele momento experimentava reformas cada vez maiores, tendo sido elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves. Dizia que não podia viver em paz e liberdade em Portugal, afirmando que “a razão pela qual nunca farei fortuna em Portugal é por que não sei digerir afrontas e sofrer revezes injustos a sangue-frio” (DEL PRIORE, 2019, p.118). Contava com 56 anos de idade quando de sua saída de Portugal. Sua mãe D. Maria Bárbara estava com 79 anos, porém inteiramente lúcida e consciente. Sua mãe tornara-se a chefe da família desde a morte de seu marido trinta anos antes, resolvendo Bonifácio então estabelecer-se em Santos, onde seu irmão Martin Francisco era diretor de Minas e Matas da Capitania de São Paulo. Dom João VI deu a Bonifácio o título de conselheiro,

após ele realizar pesquisas na região de salinas no Rio de Janeiro. Com sua influência junto a Dom João VI conseguiu relaxar a prisão de seu irmão Antonio Carlos, o que foi benfazejo para D. Maria Bárbara, aflita com o que sucedia com seu filho.

O ano de 1821 foi bem significativo. Ocorreria no ano anterior a Revolução do Porto que anunciou o fim do absolutismo e a implantação do regime constitucional em Portugal. Dom João VI não teve alternativa que não deixar o Brasil e seguir para Lisboa com toda a sua família, deixando seu filho Pedro como regente do Reino. No Brasil as províncias ficariam subordinadas às juntas governativas provisórias e, em São Paulo, Bonifácio presidiu a eleição dos seus membros, tornando-se vice-presidente provincial. A Junta Governativa de São Paulo foi a primeira a reconhecer a autoridade do príncipe regente Dom Pedro que confiava plenamente nas decisões e deliberações de Bonifácio. Por ocasião da pressão da Corte portuguesa para o regresso do regente a Portugal, Bonifácio propôs intensamente que ele permanecesse no Brasil e desobedecesse às ordens de Lisboa. As Cortes portuguesas pretendiam, em verdade, impor a volta do Brasil à situação anterior à vinda de Dom João como uma colônia e trazer a desunião entre as províncias e desarticular o país. Percebendo a intenção do governo lusitano, Bonifácio começou a conspirar junto ao regente que lhe ouvia atentamente. Seguiu-se, no dia 9 de janeiro, a declaração do Dia do Fico, sendo Bonifácio um dos responsáveis pela decisão de Pedro permanecer no Brasil. Logo em seguida, Bonifácio foi nomeado por Dom Pedro ministro do Reino e dos Estrangeiros, o primeiro brasileiro nato a ocupar esse cargo de ministro. Sob a sua supervisão começou a política de não sujeição do Brasil às Cortes de Lisboa, assim doze dias depois do Fico ordenou ao desembargador

do Paço, chanceler-mor, que não mais aplicasse as leis vindas de Portugal, sem antes serem apreciadas e submetidas ao regente. No final do mês de janeiro, concitou as juntas governativas a promoverem sua sujeição à regência de Dom Pedro. Em março, foi designado chefe do governo, o mesmo que o atual cargo de primeiro-ministro. Acelerando o passo para a emancipação política de Portugal, convocou a Assembleia Geral Constituinte por decreto de 3 de junho de 1822. A maçonaria continuava tendo grande importância na sua vida, sendo um dos fundadores de sua instituição no Brasil, tendo sido empossado em 19 de julho de 1822 grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Foi nos meses seguintes um grande articulador do processo da independência e um dos grandes defensores da libertação do Brasil do jugo português. Data desse período o seu encontro com a imperatriz D. Leopoldina em Santa Cruz na fazenda real. Ela estava com oito meses de gestação e recebeu a comitiva paulista “com sumo contentamento e que estimari a muito que os senhores deputados vissem os brasileiros além dos quais tinham um terceiro no ventre e que os entregaria ao cuidado dos honrados paulistas” (COSTA, p.120), segundo suas próprias palavras. Bonifácio e Leopoldina criaram um vínculo intenso e discutiram durante toda a noite em francês e alemão, línguas que Bonifácio dominava com facilidade, a emancipação do Brasil e sua independência definitiva de Portugal. A ela ficou muito ligado e prometeu que a defenderia de tudo e de todos. Soube posteriormente que o regente fora procurado no dia 29 de agosto à noite pela irmã do alferes Canto e Melo, D. Domitila de Castro Canto e Melo que processada por adultério veio lhe pedir clemência. Ambos sedutores, nessa mesma noite uniram-se carnalmente e conforme depois mencionou o regente, já a deixara “pejada”, isto é, grávida, uma expressão

grosseira e desagradável. Por certo Bonifácio tomou conhecimento desse fato e da exposição de D. Leopoldina às escapadas de seu fogoso marido. Domitila seria uma adversária feroz posteriormente. No Dia da Independência, em 7 de setembro, foi confirmado ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Os seus primeiros atos foram propor ao imperador decretos para a descrição das armas e bandeira nacional e na mesma ocasião a criação do tope nacional verde e amarelo, concedendo uma anistia geral excluindo desse benefício aqueles já presos e processados. Desde agosto Bonifácio já pensara em um título para o príncipe no caso de independência. Decidiu propor o título de imperador mais conveniente, segundo ele, porque o povo estava acostumado com o “imperador do Espírito Santo” e porque um título pomposo se acomodava melhor ao espírito do povo brasileiro. Em outubro, influenciado por inimigos de Bonifácio, Dom Pedro I organizou novo gabinete. Já externara ao imperador que não podia continuar no governo se houvesse divergências entre ele e Dom Pedro I, por isso pediu demissão. Após ampla negociação entre o imperador e ele, e com apoio generalizado de amigos, foi reintegrado no posto. Voltou-se, logo depois, para o estabelecimento de uma assembleia constituinte responsável para escrituração da primeira constituição para o Brasil e, em seguida, abriu uma devassa contra seus inimigos políticos, dentre os quais se destacava Joaquim Gonçalves Ledo, acusando-os de conjuração. No dia 1 de dezembro, foi sagrado e coroado o imperador que jurou manter a religião católica apostólica romana, de sustentar e defender os direitos da nação, de manter e observar a constituição que seria escriturada pela assembleia nacional. Esse juramento foi feito em pé no altar da igreja do Carmo e com a mão sobre o Evangelho, ato presenciado por Bonifácio. Deputado e ministro,

ele participou das reuniões preparatórias da constituinte encontrando-se grandemente engajado naquela tarefa essencial para a organização política e administrativa do Brasil. Começaram, então, as intrigas entre portugueses e brasileiros. Dom Pedro I, embora já imperador de um país independente, gravitava entre as duas facções, tendendo para o partido português, além disso sabia ser o herdeiro legítimo do trono de Portugal. Seu autoritarismo crescia intensamente, assim a confiança entre ele e Bonifácio já não era a mesma. O afastamento entre os dois foi insuflado pelo grupo português, além disso, a relação indecorosa entre o imperador e Domitila de Castro, futura Marquesa de Santos, o incomodava muito, principalmente percebendo a fragilidade da imperatriz com aquela situação vexatória. Depois de longo desgaste foi afastado do governo em 15 de julho de 1823, continuando ainda como deputado constituinte na assembleia responsável por formular a primeira constituição do país. Dom Pedro, em uma manobra radical, dissolveu a Assembleia Geral Constituinte e mandou prender Bonifácio, que foi levado para a fortaleza da Laje em 12 de novembro. Chegou-se a discutir que pena seria mais apropriada, se pena de prisão perpétua, pena de morte ou a deportação. Acabou sendo condenado ao exílio em 20 de novembro com destino à França. Maria Graham diria posteriormente que “o Brasil perdeu um hábil ministro e o imperador um zeloso servidor” (DEL PRIORE, p. 217). A viagem para o Havre foi uma verdadeira aventura, quase tendo sido capturado por navios portugueses que o teriam levado para Lisboa para julgamento, cujo resultado seria possivelmente a morte. Graças ao ministro britânico George Canning foi salvo de uma captura quase certa. Seguiu então em terra para Corunha e depois de barco para Bordéus, onde estabeleceu residência. Retornaria ao Brasil em 1829.

Passou a morar isolado na Ilha de Paquetá. Foi durante um tempo tutor de Pedro de Alcântara, em 1831, tendo sido suspenso de seu cargo dois anos depois por ter sido acusado de tramar a volta de Dom Pedro I. Acabou preso, sendo inocentado em 1835. Foi casado com uma irlandesa, Narcisa Emilia O’Leary, com quem teve duas filhas, Carlota Emília e Gabriela Frederica. Faleceu em 6 de abril de 1838, em Niterói, com a avançada idade de 75 anos, deixando poucos bens, no entanto legou prestimosa biblioteca com seis mil volumes, uma preciosidade.

A VISÃO ESTRATÉGICA DE JOSÉ BONIFÁCIO E O PODER NAVAL

Ao se analisar a atividade política de José Bonifácio depara-se com algumas surpresas. Comparando-a a de Ruy Barbosa, que iniciou suas atividades em 1878 e terminou na sua morte em 1923, a diferença é marcante. Foram quarenta e cinco anos de atividade contínua de Ruy. Da mesma forma Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, a diferença também é significativa, abrangendo atividades nos três poderes de 1890 a 1922, isto é, trinta e dois anos de atuação. Em verdade, Bonifácio atuou diretamente na política somente entre 1821 e 1823 e, posteriormente, durante três anos como tutor de Pedro de Alcântara. Apesar dos poucos anos de atividade política, suas ideias e realizações foram efetivamente muito destacadas, tornando-o um personagem histórico relevante. Além de ser o artífice do Estado brasileiro, ele consolidou a independência e garantiu a soberania nacional por meio de uma visão político-estratégica de longo prazo. Da mesma forma como ele provocou admiração e apoio de muitos brasileiros na ocasião, foi combatido e acabou sucumbindo aos ataques, muitas vezes inesperados, do grupo português e do grupo de nacionais radi-

cais e exaltados. Ideias avançadas como a reforma agrária, o voto do analfabeto, a extinção do tráfico negreiro, a abolição da escravidão, a incorporação do índio na sociedade, a oposição aos empréstimos externos, combate ao colonialismo europeu, crença na autodeterminação dos povos e a defesa intransigente da não intervenção eram bandeiras por ele defendidas e tenazmente combatidas por esses grupos opositores. Por certo, seus traços de personalidade não o ajudaram nesse confronto. Sarcástico, intolerante, intransigente, virulento, vingativo e algumas vezes presunçoso agravaram ainda mais as relações com os seus inimigos. Sua defesa intransigente de Leopoldina em detrimento a Domitila de Castro e sua oposição ao absolutismo trouxeram Dom Pedro para o lado oposto, tornando-o assim um personagem a ser removido do poder e pronto a cair em desgraça. Mesmo depois de seu exílio forçado na Europa e seu regresso, ao ser nomeado tutor de Pedro de Alcântara, futuro Dom Pedro II, o grupo opositor tudo fez para derrubá-lo mais uma vez. Foi assim com a Regência Trina que não aceitou a nomeação do velho santista para esse destacado cargo de mentoria e conseguiu exonerá-lo da função a 15 de dezembro de 1833. Exilado em Paquetá, destituído e desiludido, processado em 1835, acabou absolvido e durante muito tempo foi esquecido.

Como Bonifácio, afinal, imaginava a constituição do Brasil e o papel do poder naval na consolidação desse Estado como um fator de integração nacional?

- *A construção do Estado Nacional segundo Bonifácio.*

Segundo Bonifácio a melhor constituição era aquela que conservava os homens em paz e amizade e garantia os direitos políticos e civis. Para ele aquela constituição que provocasse, por suas resoluções, contínuos tumultos ou que não pudesse

estabelecer e fazer respeitar as leis deveria ser banida e substituída. Entendia que pretender de um soberano absoluto não ser autoritário e despótico, quando diariamente tinha motivos para o ser, era querer se enganar e desconhecer a natureza humana. Cumpria saber que viver em paz não era viver aprisionado, em ignorância e em vícios, pois esse tipo de paz seria a miséria humana. Considerava que a monarquia absoluta era na realidade uma aristocracia disfarçada e por essa razão tinha todos os males que afligia o despotismo e a arbitrariedade. Um ponto polêmico por ele defendido era a inexistência de tropas de linha, ou do Exército. Preferia a constituição de milícias bem-organizadas para a guerra e guardas cívicas para a polícia das cidades e vilas. Essa foi uma ideia polêmica de Bonifácio, possivelmente baseada em sua experiência na França durante a Revolução Francesa, nos seus primeiros momentos, com a constituição das milícias patrióticas que defenderam a república contra os inimigos externos.

As votações seriam escrutínios diretos, estando o Brasil dividido em grupos que chamou de "tribos" que comporiam os distritos eleitorais. Os criminosos ou loucos não poderiam votar. Cada tribo seria composta de 20 mil a 45 mil cidadãos capazes de votar. Os votantes poderiam escolher os membros da Assembleia Geral de deputados para cargos de quatro em quatro anos e com idade mínima de 25 anos. Eles poderiam, da mesma forma, votar para senadores do Império que seriam em número da metade dos deputados com idade mínima de 40 anos. Os senadores seriam vitalícios. A constituição não reconheceria a nobreza privilegiada, o que era um grande fator limitador a atuação do soberano. Todo o cidadão que ousasse propor o restabelecimento da escravidão e da nobreza seria imediatamente exilado. Existiriam somente quatro

ministros, a saber: Paz, Guerra, Marinha e Relações Exteriores; Justiça, Interior e Negócios Religiosos; Finanças e Minas; e, por fim, Polícia. O Brasil seria dividido em províncias, distritos eleitorais, cidades e vilas. Cada província teria um presidente, cada distrito um intendente e cada cidade e vila um síndico ou maioral que atuaria também como juiz de paz. A força militar seria comandada em cada província por um general, um comandante de artilharia e generais inferiores, conforme cada caso. Todo cidadão de 25 a 40 anos seria um soldado e sujeito à conscrição, exatamente o que ele tinha observado na Revolução Francesa. As polícias seriam compostas por guardas públicos.

Bonifácio chegou ao ponto de discutir até que tipo de roupa os brasileiros deveriam vestir. Para a população, chapéu de palha, jaqueta, pantalão de algodão e gibão para o frio. Para as mulheres, coita de algodão e capote para o inverno. Todos usariam alpercatas ou botinas. Seriam abertas estradas da capital para cada província e para outras províncias circunvizinhas. Ele era cético em relação a sistemas constitucionais em que níveis cultural e educacional da população fossem rudimentares. Para ele esse tipo de constituição não funcionaria. Por isso privilegiava um executivo forte, eficiente e eficaz em detrimento de um sistema constitucional formal com leis e determinações e falta de governantes à altura dos problemas existentes no país. Apesar dessas particularidades mais conservadoras, possuía ideias avançadas para o Brasil daquele início do século XIX, fruto de sua experiência internacional. Sua concepção de reforma agrária, do voto do analfabeto, do anticolonialismo, da não intervenção e de autodeterminação de caráter internacional era inovadora. O velho santista desejava estabelecer no Brasil um Império livre politicamente e sem sofrer os efeitos de um co-

lonialismo econômico perverso atrelado a empréstimos externos. Tinha uma profunda simpatia pelo Reino Unido, embora conhecesse mais detalhadamente a França. Procurou defender o sistema inglês como o mais condizente para o novo país que surgia nos trópicos, considerando, no entanto, que adaptações seriam necessárias, em razão da baixa qualificação da população na época. Dizia que os verdadeiros brasileiros deviam defender arduamente a existência e a independência das câmaras de deputados e senadores, a liberdade individual, o poder judiciário e a liberdade de imprensa, bases sagradas no Reino Unido. Defendia entusiasticamente a abolição do tráfico de escravos chegando a afirmar textualmente que:

Nunca o Brasil firmaria sua independência nacional nem defenderia com segurança a sua liberal constituição com a escravidão... se os negros são homens como nós e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos. (CARNEIRO, 1977, p.293; SOUSA, 1961, p.51)

Visão humanista e cristã de um homem preocupado com o seu semelhante, desafiante dos grandes importadores e proprietários de escravos que o viam como um usurpador. Com relação aos índios e aos próprios negros, esses deveriam constituir um todo único racial, graças a sua miscigenação com os brancos, criticando a desonestidade de particulares e do próprio poder público que lhes roubavam as terras, ao mesmo tempo em que não se constrangiam de

lhes transmitir doenças e vícios quando estabeleciam os contatos com as tribos indígenas. Considerava que o tratamento dispensado aos índios pelos portugueses e depois pelos próprios brasileiros brancos arruinou a confiança dos silvícolas nesses personagens. Essas concepções eram totalmente originais e incomuns em um tempo em que a discriminação racial contra os negros e índios era a tônica. Essas ideias devem ter chocado aqueles homens do início do século XIX, profundamente conservadores, que deviam perceber Bonifácio como um ser desprezível, incosequente e destruidor da sociedade em que estavam inseridos. Considerava Bonifácio também fundamental a instrução da população com a colocação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas e um ginásio ou colégio em cada província, dizendo que “as ciências são como as plantas que têm crescimento em dois sentidos, em superfície e em altura; e quanto às mais úteis é melhor espalhá-las que adiantá-las” (DIEGUES, 2004, p. 91). Já imaginava o Brasil com uma universidade integrada de faculdades que dispusessem de cadeiras para todas as disciplinas conhecidas. Suas ideias sobre reforma agrária eram também inovadoras, desejando a eliminação dos latifúndios improdutivos que deveriam voltar para a administração do Estado. Os posseiros perderiam as terras que não estivessem cultivando e que as propriedades a serem disponibilizadas pelo Estado não deveriam ser gratuitas, senão vendidas. Uma sexta parte das terras distribuídas deveria ser conservada com florestas, uma visão totalmente ecológica em um período histórico em que essa preocupação inexistia. Suas concepções de urbanização exigiriam que de cada três léguas de terras distribuídas uma delas ficasse intacta para a criação de novas vilas e povoações. Sobre a sujeição do Brasil aos empréstimos

externos foi ardorosamente contra, pois isso sujeitaria o país aos ditames de outros Estados e acentuaria a condição de satélite perante as metrópoles mais poderosas economicamente.

Percebe-se, da mesma maneira, a sua visão estratégica e de longo prazo, apontando para uma mudança da capital do Brasil do litoral para o interior e ao compararmos com a latitude de Brasília de 15º 46’ 48’’ Sul sua acuidade é simplesmente notável e profética, não sendo ousado dizer-se que Bonifácio foi o precursor de Brasília como capital do Brasil. Ao mesmo tempo em que possuía uma visão prospectiva e de longo prazo, quatro pontos limitadores essenciais na nova constituição, que nascia sob o seu apoio, contrariaram o imperador, provocando a dissolução da assembleia por um Dom Pedro I aborrecido. O primeiro, a disposição que explicitamente proibia o imperador de aceitar a Coroa de Portugal para acumulá-la com a do Brasil. O segundo, a disposição que fazia da Cisplatina um estado apenas federado ao Brasil e que talvez tivesse resolvido o caso da futura guerra no Sul. O terceiro, a eliminação da ampliação desmesurada do poder do Trono e o Senado como fiscal das ações do soberano, ao mesmo passo em que mantinha atribuições fundamentais da Assembleia dos deputados e, por fim, a quarta, a eliminação do excessivo poder do imperador sob a forma de poder moderador, impedindo-o de atuar como um ditador que poderia neutralizar o legislativo se este o contrariasse. Este último ponto foi o fator de rompimento com o imperador e sua intervenção dissolvendo a assembleia. Com esse ato Bonifácio não poderia aceitar. Acabaria preso e exilado para a Europa. Deixou o Brasil frustrado e magoado com a política brasileira. Um dos pontos melhor percebidos por Bonifácio foi a percepção de que o Brasil necessitava de um

poder naval forte e equilibrado de modo a não só exercer o poder imperial, mas garantir a independência. Sua visão estratégica pode ser sumarizada nos pontos a serem a seguir analisados.

- Bonifácio e a importância do poder naval para o Brasil

Bonifácio era um homem com larga experiência e um atento observador de outras sociedades europeias. Observara, entre estupefato e admirado, a emergência de uma sociedade francesa agregada em torno do que se chamava “Nação em armas” para a defesa do território contra as invasões estrangeiras. Todos os cidadãos teriam direitos, deveres e responsabilidades com a nação e por ela estariam sujeitos a diretrizes emanadas das autoridades legalmente constituídas. Sua lealdade seria transferida do rei para o poder legal representando a nação. Eles poderiam ser objeto de conscrição militar e tinham o dever de defender a nação de invasores. As guerras dinásticas do século precedente estavam sendo substituídas pelas guerras nacionais e isso era uma grande novidade. Vira, apreensivo, também, a Revolução Francesa começar a devorar os seus filhos por meio do que se chamou de “era do terror” pela guilhotina. Tomara conhecimento da execução de Nicolas Jacques Pelletier, um ladrão menor, em 25 de abril de 1792, por aquela arma de execução que se tornaria temida na França, a guilhotina criada por Joseph Guillotin pouco tempo antes. Percebera a força do poder do nacionalismo que substituíria a lealdade dinástica e daquele momento em diante a “nação” teria primazia nas ações políticas. Ele criara uma verdadeira aversão pelo absolutismo que vira ruir na França, daí os seus futuros atritos com Dom Pedro I ao tentar conter os arroubos autoritários do jovem e impetuoso imperador. Disse que “a revolução francesa foi a filha necessária do espírito do século,

cujo centro vital era Paris em toda a Europa: este espírito está por circunstâncias externas desvairado, mas não aniquilado: pode tomar a mesma estrada com nova força e entusiasmo” (DEL PRIORE, p. 155). Já pensava em como seria o seu futuro país, o Brasil. Sua admiração pelo modelo inglês o via perceber a importância do poder naval para a constituição de um grande poder mundial. Sabia distinguir as diferenças entre as duas sociedades, a inglesa e a brasileira, no entanto percebia a importância do mar para ambas. Vira por certo a propaganda das vitórias de Lord Horatio Nelson sobre os franceses no final do século XVIII e a repercussão de sua morte em 1805, em Trafalgar. Assistira à saída da família real portuguesa em 1807 pelo mar com apoio da Marinha Real e observara a impotência dos franceses em impedir aquela fuga. O poder naval prevaleceu naquele episódio e Junot viu, surpreso, os navios portugueses se afastando do Tejo sem oposição, sob a proteção dos navios britânicos. Sentira, como todos os portugueses, a saída da família Bragança e a desesperança que se seguiu com a dominação francesa e depois britânica com Beresford, culminando até na fome em Portugal. Os portugueses aspiravam à volta do rei e de sua Corte sendo a presença de Beresford e sua administração considerada asfixiante e dominadora. Bonifácio fora uma testemunha de todos aqueles acontecimentos. Até que ocorreu, com sua intensa e decisiva influência, o 7 de setembro de 1822 e a necessidade de consolidar a independência. Percebera que o mar para o Brasil era um fator fundamental para o seu desenvolvimento e progresso como o fora para os britânicos. Disse que:

E que país esse, senhores, para uma nova civilização e para novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto

império! Banhadas suas costas em triângulo pelas ondas do Atlântico...não há parte alguma do sertão que não participe mais ou menos do proveito que o mar lhe pode dar para o trato mercantil e para o estabelecimento das grandes pescarias. Seu acento central quase no meio do globo, defronte à porta com a África, que deve senhorear com a Ásia à direita e com a Europa à esquerda, qual outra região se lhe pode igualar? (p. 119)

Segundo Mary del Priore, Bonifácio desde logo percebeu que a criação de uma Marinha de Guerra era fundamental para a consolidação da independência e desenvolvimento do país. As considerações geográficas eram flagrantes naquele jovem país que estava nascendo. A imensidão do território aliado à distância entre as províncias trazia grande preocupação ao velho santista. Cada província possuía suas próprias características sociais, econômicas e políticas. Locais como Pernambuco, que se baseava em forte estratificação social, com famílias abastadas controlando a economia açucareira e dominando a política local com anseios republicanos, eram percebidos por ele. Ao mesmo tempo, na província do Pará assim como no Maranhão existiam núcleos locais favoráveis à manutenção da ligação com Portugal, e a organização social era muito distinta, com grande parcela da população constituída por indígenas, principalmente no Pará, mas ainda dominada por uma elite local associada aos portugueses. Na Bahia, por outro lado, existia uma forte concentração de forças militares portuguesas e a maior parte da Marinha lusitana, sob o comando direto do General português Madeira de Melo. A população era predominantemente de negros, a maioria de escravos, com uma pequena elite branca que desejava ardentemente a independência. Por fim, a

Cisplatina apresentava um paiol de munição prestes a explodir. A maior parte da população era de ascendência espanhola ligada à agropecuária bovina e desejosa de se declarar independente do Rio de Janeiro, influenciada pelos vizinhos argentinos que tudo faziam para agregar aquele território à Grande Argentina, capitaneada por uma belicosa Buenos Aires. Bonifácio tinha essa percepção dos diferentes arquipélagos que se constituíam no futuro Estado do Brasil. A distância entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará era percorrida por mar em aproximadamente 50 dias sem considerar as paradas nos portos para reabastecimento. Muitas vezes o dobro do tempo seria necessário para se alcançar essa cidade, já que a navegação a vela era dependente do regime de ventos e correntes. Não existiam estradas ligando as províncias e para 8 milhões de quilômetros quadrados contavam-se apenas quatro milhões de habitantes, brancos, índios, negros e mestiços, uma população esparsa. O geógrafo Pierre Claval disse que mesmo no interior do país os tempos de viagem eram enormes, “as estradas interiores são assustadoras: ao ritmo lento das carroças puxadas por bois e mulas, Ouro Preto fica a 15 dias do Rio, Goiás a mais de um mês e meio” (CLAVAL, 2004, p.88). Em verdade não eram estradas, eram picadas de bois e mulas sem nenhum apoio em seu trajeto. Dessa maneira o mar era essencial para a consolidação da independência e da disseminação do chamado “espírito nacional” naquela população inculta e dispersa. Isso foi logo percebido por Bonifácio.

Além do aspecto geográfico existia a questão da ideologia e dos interesses locais que se sobrepunham ao interesse “nacional”. Particularidades, sotaques e percepções faziam existir diversos “Brazis”. Bonifácio percebia perfeitamente esse fato e que sem o Estado não existi-

ria a nação, daí a sua preocupação com o fortalecimento do aparato militar para impor a independência, mesmo à força das armas. Desejava o fortalecimento do poder central e a união das províncias sob o seu controle. Mesmo dentro da própria província existiam interesses dispersos e conflitantes, o que demandaria muito mais do governo central. Temia também a fragmentação que ainda ocorria na América do Sul espanhola, dividida em diferentes países com desejos políticos distintos. Para ele ao contrário da dispersão e da desagregação política, a centralização traria a ideia de solidez e densidade. Desejava manter a unidade do Brasil a qualquer preço, mesmo à custa do uso da força. A independência não era apenas “um fato político isolado, fechado e entregue a si mesmo”, conforme apontado por Fernando Diegues (p.89). Ela englobava ações conjuntas e coordenadas. A imagem de uma guerra contra Portugal estava sempre na mente de Bonifácio. Sabia que o objetivo de Lisboa era retomar o controle de sua ex-colônia, que só poderia ocorrer pela força das armas e pela guerra. E a guerra viria pelo mar. Sua prioridade não poderia ser diferente: primeiro a constituição de um poder naval poderoso para depois transportar as tropas de terra para impor a vontade imperial contra os portugueses e locais que desejassem manter o Brasil unido a Portugal. Essa Marinha recém-criada teria que cumprir diversas tarefas para manter o Brasil unido: controlar as linhas de comunicação marítimas comerciais abertas contra os inimigos, em especial os portugueses; manter as comunicações entre províncias de modo a “mostrar a bandeira” do Império nesses rincões; transportar as tropas de terra para combater focos de resistência portugueses em províncias rebeldes ou aderentes a Lisboa; apoiar com fogo naval as ações das tropas de terra contra os inimigos; controlar o mar contra forças

navais lusitanas que tentassem adentrar no território marítimo brasileiro e por fim incrementar a dissuasão naval na defesa dos interesses brasileiros. Esses eram pontos percebidos por Bonifácio e para tal a criação de uma Marinha de Guerra era fundamental. Diria em uma das cartas a Caldeira Brant, em 4 de outubro de 1822, que um dos “pontos essenciais”, a cujo atendimento o governo se dedicava, era a “defesa exterior deste Reino”, faltando ao país a maior experiência nas lides navais. Só o tempo permitiria que a Marinha Imperial chegasse, em suas próprias palavras, “ao estado que reclama a dignidade e grandeza deste Império” (p.152). Um Exército nacional era importante para ele, sem dúvida, no entanto chegara a pensar inicialmente em uma milícia nacional popular, a partir do que vira nos primeiros estágios da Revolução Francesa. Viria posteriormente a rever essa sua posição, no entanto naquele momento de consolidação, a Marinha de Guerra deveria ter primazia e teve, como posteriormente percebido. Fernando Diegues diria que:

a esquadra organizada no Rio de Janeiro tem um papel proeminente no enredo da guerra [de independência]. Seu emprego é exigência natural do espaço imenso em que a influência e a vontade do governo central devem manifestar-se...a projeção de poder nos mais longínquos pontos da costa, possibilitada pelos navios, é atributo operacional imprescindível no cenário da guerra...a esquadra não decide a guerra sozinha, mas viabiliza a decisão. A intervenção da Marinha nos teatros de operações aumenta o desequilíbrio de forças a favor dos brasileiros e acelera o processo pelo qual a situação das tropas que se opõem à Independência torna-se insustentável.

A Marinha seria o motor da independência e ela viria a viabilizar o Estado brasileiro como soberano e livre. Sua criação teria primazia sobre qualquer outra iniciativa.

AS LIÇÕES SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O PODER NAVAL

Muitos historiadores discutem na atualidade a questão da gênese da nacionalidade brasileira e sua correlação com o Estado estabelecido no dia 7 de setembro de 1822. Antes de qualquer discussão mais aprofundada sobre o conceito de nacionalidade, é necessário entender o que é o Estado e a Nação para, a partir desse entendimento, podermos discutir a questão da criação da Marinha Imperial. Pode-se definir o Estado moderno como uma instituição social dotada de um poder racional separado da pessoa dos governantes e consentido pelos governados. Sua existência pressupõe a organização política de um povo que controla soberanamente um território com o objetivo principal de assegurar o bem-estar social da coletividade. Os elementos constitutivos do Estado são a população ou povo, o território e o aparelho do poder. Dessa maneira pode-se definir o povo de um Estado como o conjunto de indivíduos que se constitui em sociedade política para a prossecução de interesses comuns e regido por leis sob a direção de um poder soberano. O Estado e o povo diferem do que seria uma Nação que corresponde a um conjunto homogêneo de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de **sangue, idioma, religião, cultura e ideais**. Depois dessa breve digressão teórica voltemos à questão do grito da independência em 1822. O que Dom Pedro declarou no Ipiranga com o seu ato foi o Estado do Brasil e não a Nação brasileira. Não existiam na ocasião vínculos de ideias comuns entre o povo brasileiro, embora existissem laços permanentes de sangue,

idioma e religião nesse povo. Percebia-se em cada província sentimentos culturais e políticos distintos em relação à sua ligação com o Império recém-constituído, muitas delas, inclusive, mantendo fortes laços com Portugal. Algumas províncias mantinham ideais de liberdade política centradas no sistema republicano, o que contrariava os interesses do jovem imperador, assim a cultura local e ideais distintos regiam o Brasil. Antes do estabelecimento do Estado brasileiro o que se tinha abaixo do Equador era uma parte do Reino de Portugal e como tal súditos da Coroa portuguesa. Todas as instituições localizadas no Brasil antes de 1822 eram efetivamente portuguesas e não se poderia imaginar nada diferente. Se fosse perguntado a um residente em Recife o que efetivamente ele era, diria que era pernambucano, nascido no Brasil e súdito da Coroa portuguesa. A ideia de nacionalidade inexistia. Auguste de Saint Hilaire chegou a afirmar que “havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros”. Segundo Eric Hobsbawm o nacionalismo é um conceito moderno estabelecido a partir da Revolução Francesa e se caracteriza como uma entidade social apenas quando relacionado a certa forma de Estado territorial, o Estado-nação e para ele não faz sentido discutir Nação e nacionalidade fora dessa relação. José Murilo de Carvalho chega ao ponto de afirmar que o sentimento de “brasileiro” se iniciou com a Guerra do Paraguai, 42 anos depois do Grito do Ipiranga, pois essa guerra foi o fator “mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX”. Complementou dizendo que a “ideia e o sentimento de Brasil até a metade do século eram limitados à pequena parcela da população” (CARVALHO, 2020, p. 265). Assim pode-se afirmar que tudo antes do 7 de setembro de 1822 era português e depois fundou-se o que seria o Estado brasileiro, mas não a Nação brasilei-

ra que foi se formando ao longo do século XIX. O próprio conceito de “Pátria” no início do século XIX referia-se ao seu rincão, a sua província e por certo raramente tinham interesses comuns e nacionais.

Dentro dessa lógica, não se pode afirmar que o poder naval brasileiro foi formado antes da independência. O que existia antes era o poder naval lusitano no Brasil, assim o nascimento da Marinha Imperial ocorreu no Grito do Ipiranga, dessa maneira concordamos com Prado Maia que afirmou categoricamente que a “Marinha brasileira nasceu com a independência e a necessidade vital da consolidação de uma foi a determinante imperiosa de criação da outra” (MAIA, 1965, p. 53).

Em 1829, Bonifácio retornou ao Brasil já com na época a idade de 66 anos. Voltou triste, embora anistiado pois perdera sua esposa na viagem de volta ao país. No ano seguinte foi acusado pelo jornal *Diário Fluminense* de estar envolvido em uma conspiração o que significaria um ato vil e traiçoeiro para o imperador Dom Pedro I que enfrentava forte reação contra o seu reinado. Acabou sendo inocentado. Apareceria ainda na Câmara dos Deputados, pois era suplente de Honorato José de Barros Paim. Dois anos depois foi suspenso do cargo, tendo sido acusado de tramar a volta de Dom Pedro ao Brasil. Decidiu resistir a sua suspensão acabando preso em sua casa em Paquetá. Durante dois anos esteve envolvido no processo do possível regresso de Dom Pedro, tendo sido absolvido das acusações que lhe eram imputadas. Viria a falecer no dia 6 de abril de 1838, em Niterói, com a avançada idade de 75 anos, deixando poucos bens e uma vasta biblioteca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volta-se assim à questão inicial sobre ter sido Bonifácio um *homem momento* ou *homem época*. Pelas suas ações, Bonifá-

cio foi um *homem época*. Ele foi um personagem cujas ações foram consequência de atributos superiores de inteligência, determinação e caráter, em vez de acidentes de posição. Ele não existiu somente em virtude do que fazia, mas em virtude do que ele foi. Era um homem que surgiu em um ponto de decisão na História do Brasil, sua independência. Como um *homem época*, Bonifácio ajudou a criar a situação histórica e não apenas esperou que ela ocorresse. Sua capacidade política, por mais contestada que tenha sido, deixou uma marca destacada em sua trajetória de vida e na própria História do Brasil, mesmo depois de desaparecer do cenário.

Sua morte deu-se no dia 5 de abril de 1838, às três horas da tarde, possivelmente por um câncer gástrico. Seu corpo foi embalsamado, tendo o seu sepultamento ocorrido três dias depois, em 8 de abril. Seu corpo foi transportado de Niterói em uma galeota imperial, chegando ao Largo do Paço já à noite, às 19h. Na passagem do cortejo marítimo, os navios surtos no porto cruzaram as vergas e colocaram seus pavilhões a meio pau. Grande massa de populares e autoridades o aguardaram no cais do Paço. As alças do seu caixão foram levadas pelo Marquês de Paranaguá, Luis José de Oliveira, João Evangelista de Faria Saião Lobato e Antonio Francisco Holanda Cavalcanti. Uma banda ao fundo tocava marchas fúnebres. O caixão aberto foi transportado em cortejo até a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, sendo o féretro observado pelo futuro imperador Dom Pedro II com apenas 13 anos de idade. No átrio da igreja ficaram posicionados uma carruagem mortuária e um coche de honra, sendo o corpo encomendado pelos cônegos da igreja, tendo a artilharia e a infantaria dados três cargas com suas peças. Seu corpo ficou nessa igreja até o dia 25 de abril quando sua filha trasladou o corpo para Santos, sendo enterrado nova-

mente na capela-mor da Igreja do Carmo nessa cidade. Por muitos anos seu túmulo foi esquecido. Somente em 7 de setembro de 1923 foi construído um mausoléu projetado por Rodolfo Bernardelli que foi chamado de Panteão dos Andradas. Nesse lugar Bonifácio descansa desde então.

Mary del Priore afirmou que o Brasil não precisa de heróis ou ídolos, pois eles têm pés de barro, e o que precisamos conhecer é “a história de homens de carne e osso que nos ajudem a compreender tanto o seu percurso no passado quanto a época que os produziu” (p.294). Alinhado de “Patriarca da Independência” ou “Salvador do Império Constitucional da América”, segundo o Visconde de Cairu Bonifácio foi um personagem único e fundamental naquele momento histórico da reafirmação do Brasil no contexto internacional. Foi um personagem com pés de barro, porém fundamentais para estabelecer a independência do Brasil.

Fernando Diegues define bem claramente quem era Bonifácio:

Se há um traço marcante na personalidade do ministro [Bonifácio] é sem dúvida o pragmatismo com que pronuncia sobre diversos assuntos. Nada escapa à sua inquirição... inteligência prática e objetiva, transpõe o campo da ciência e se projeta nas coisas do Estado, mas com os pés no chão, sem se deixar levar por fantasias...despreza aparências, o esmalte dos fatos. Explora os dados tangíveis, concretos do mundo real”. (p.88)

No caso da criação da Marinha Imperial pode-se afirmar que Bonifácio foi o grande artífice na sua criação.

Segundo Lucas Boiteux:

Tanto a Martim Francisco como a seu egrégio irmão [Bonifácio] é a Marinha de Guerra

nacional devedora de eterno reconhecimento e de profunda gratidão. Se ao imortal Patriarca, mercê de seu talento aliado à percepção clara do veio estadista, deve ele a sua organização e aparelhamento, oficiais, marujos, navios à frente deles o intrépido Cochrane, graças a Martim Francisco como Ministro da Fazenda, dotado de notável devotamento, grande capacidade de trabalho e apurado tino financeiro, contou ela com os fundos necessários e suficientes à sua manutenção e completa eficiência na gloriosa campanha que nos deu a independência. (MEIRA, 1963, p. 78)

Tendemos a concordar com Mary del Priore de que o Brasil não precisa de heróis formais, mas homens que façam a diferença no momento adequado. Necessitamos de *homens época e de homens momento* que estejam aptos a tomar as decisões na ocasião oportuna, sem o fetiche do heroísmo e da glorificação que se seguem. Bonifácio tinha muitos defeitos. Era vaidoso, grosseiro, prepotente, algumas vezes de uma franqueza rude e vingativo contra seus adversários, no entanto isso pouco importa, considerando o que ele realmente realizou pelo Brasil. O *homem época* não era somente em virtude do que Bonifácio fazia, mas em virtude do que ele realmente era. A superior capacidade de Bonifácio deixaria sempre uma marca positiva em sua trajetória de vida e na própria história, mesmo depois dele desaparecer do cenário. Ele foi um *homem época* em sua essência. O verdadeiro criador da Armada Imperial no campo político.

Isso nos leva a discutir a questão da “lição da história” ou mais convenientemente da “experiência da história” e o que se pode esperar de seus caminhos. Quais as lições da história a serem apreendi-

das pela experiência da independência e o poder naval? O destacado historiador italiano Benedetto Croce afirmou que “a necessidade prática que está no fundo de cada juízo histórico confere a cada história o caráter de história contemporânea, pois por remotos ou remotíssimos que cronologicamente nos pareçam os fatos que admitimos, a história em realidade sempre se refere à necessidade e à situação presentes, nos quais os fatos propagam sua reverberação”. Assim cada período histórico possui sua própria singularidade e especificidade, atendendo ao seu caráter único e contingencial. A Marinha do Brasil passou por diversos desafios na sua criação. Como disse Croce, “toda história é história

contemporânea”, e com esses olhos ela deve ser analisada. Um fato, no entanto, permanece na atualidade, a existência de *homens momento e homens época* que marcaram suas ações no curso da própria história. Essa talvez tenha sido a única “lição” ou “experiência” real nesses anos de criação da Marinha Imperial. Existiram homens que marcaram a sua história.

Embora polêmico, Bonifácio foi um verdadeiro artífice político da Armada brasileira e a ele a Marinha do Brasil deve um tributo, o de reconhecer nos dias de hoje a sua importância, assegurando que a única lição a ser identificada seja que toda a história é história contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *A Formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica*. In: Bittencourt, Armando (org). Tamandaré, Rio de Janeiro: DPHDM, 2009.

AMARAL, Brenno Ferraz. *José Bonifácio*. São Paulo: Martins, 1968.

ARRUDA, José Jobson de. *História Moderna e Contemporânea*. 9.ed. São Paulo: Atica, 1978, p.181.

BOITEUX, Lucas. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954.

BURNS, Edward MacNall; LERNER, Robert; MEACHAM, Standish. *História da Civilização Ocidental*. Vol 2. 29. Ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. v.4. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

CARNEIRO, David. *A vida gloriosa de José Bonifácio de Andrada e Silva e sua atuação na independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e a Política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2020.

Carta de 18 de outubro de 1822 de José Bonifácio a Felisberto Caldeira Brant Pontes. In: SOUSA, Octavio Tarquinio de. *O Pensamento Vivo de José Bonifácio*. São Paulo: Martins, 1961, p. 154.

Carta de 4 de outubro de 1822 de José Bonifácio para Caldeira Brant. In: SILVA, Elisiane;

NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. *José Bonifácio. A defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

Carta de 15 de novembro de 1822 de José Bonifácio a Felisberto Caldeira Brant Pontes. In: SOUSA, Octavio Tarquinio de. *O Pensamento Vivo de José Bonifácio*. São Paulo: Martins, 1961

Carta de 8 de abril de 1823 de José Bonifácio para Caldeira Brant. In: SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. *José Bonifácio. A defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

CLAVAL, Pierre. *A construção do Brasil, uma grande potência em emergência*. Lisboa: Piaget, 2004.

COELHO, Latino. *Elogio histórico de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.

COSTA, Pedro Pereira da Silva. *José Bonifácio*. São Paulo: Editora Três, 1974.

DEL PRIORE, Mary. *As vidas de José Bonifácio*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

DIEGUES, Fernando. *A Revolução Brasileira. O projeto político e a estratégia da independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. V1. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Antônio José. *Introdução à Ciência Política. Teorias, métodos e temáticas*. 3ed. Porto: Porto Editora, 2010.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. T1, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 2020.

GUIMARÃES, José Dorival da Veiga. *Ciência Política. Princípios fundamentais do Estado*. São Paulo: Edipro, 2000.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOOK, Sidney. *The Hero in History*. Boston: Beacon, 1955.

JORNAL DO COMMERCIO de 01 de dezembro de 1855, n. 0340, p. 2.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

NORTON, Luiz. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

PALHA, José Garcez. *Ephemerides Navaes*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias. 1891.

PIMENTA, Marcus Aurelius e TORERO, José Roberto. *A rebeldia do Patriarca*. Santos: Prefeitura de Santos, 1994.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 14ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SILVA, Elisiane; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. *José Bonifácio. A defesa da soberania nacional e popular*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. *O Pensamento Vivo de José Bonifácio*. São Paulo: Martins, 1961.

VALE, Brian. A Criação da Marinha Imperial. In: *História Naval Brasileira*, 3V, T1, Rio de Janeiro: SDM, 2002.